

Centrão vence esquerda pela 4ª vez

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão derrotou mais uma vez, ontem, os xixis da Constituinte, rejeitando por 228 votos contra 148 e 24 abstenções as emendas ao regimento interno propostas pelo PDT e pelo PT. O novo regimento fica, assim, exatamente como foi aprovado em dezembro.

Com a aprovação e respectiva redação final — a publicação no Diário da Constituinte sai hoje — segue-se um prazo de sete dias, até o dia, para a apresentação de emendas. De 14 a 21, o relator Bernardo Cabral dá o seu parecer; o prazo para publicação correrá de 22 a 23; os destaques para a votação do primeiro turno regimental terão prazo de apresentação entre os dias 24 e 26, com a votação quanto ao mérito começando, finalmente, no dia 27.

Os cinco destaques para a votação das emendas foram apreciados em bloco, em vista da aprovação de requerimento nesse sentido do líder do PFL, deputado José Lourenço, que contou com a aprovação de 224 constituintes, enquanto 162 votaram contra e oito se abstiveram.

Com a decisão de ontem consolidada-se o direito pretendido pelo Centrão de, mediante 280 assinaturas, apresentar destaques para a votação preferencial de emendas, no primeiro e segundo turnos da votação do projeto de Constituição, prescindindo do processo de votação.

Do ponto de vista operacional ganhou, também, o Centrão, ao ver assegurado o direito de apresentação de substitutos a títulos e capítulos. E ainda: os substitutos e emendas oferecidos dentro da nova sistemática terão preferência automática, não sendo submetidos a voto, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, ressalvadas as de teor idêntico.

Com a derrota dos destaques patrocinados pelos partidos de esquerda, permanece no regimento interno o dispositivo que determina, no caso de não ser alcançado o quórum de maioria absoluta, a repetição da votação com 24 horas de intervalo, para decisão final do plenário.

PROTESTOS

Proclamado o resultado da vota-

ção, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou o calendário da tramitação constitucional, fazendo coincidir o início da contagem do prazo de sete dias para a apresentação de emendas com a data da publicação da redação final do novo regimento, hoje. Os líderes do PMDB, Mário Covas, e do PTB, Gastone Righi, protestaram, sustentando que o prazo deveria ser contado a partir de amanhã. Covas explicou que não se tratava de "preciosismo regimental", mas do princípio de não infringência do regimento ainda em vigor. E advertiu: "De pequenos em pequenos deslizos, acabamos destruindo o regimento, seja pela votação de emendas em bloco seja pelos prazos coincidentes".

O líder do PMDB lembrou que, no caso da votação em bloco de emendas de conteúdos diversos, suprime-se a possibilidade de opção, impondo-se, por exclusão, o "sim" ou o "não", em detrimento da seriedade da apreciação da matéria; e afirmou que, para todos, "mas sobretudo para as minorias", o regimento interno é fundamental, sendo a principal garantia de fazer valer seus direitos.

Esta não foi a única crítica ao presidente da Constituinte: momentos antes, os líderes Brandão Monteiro, do PDT, autor das emendas rejeitadas, e José Genóino, representando o PT, protestaram contra a não observância, por Ulysses, do prazo regimental de 48 horas para a aprovação da redação final. Ulysses argumentou que também a redação final estava aprovada e o regimento ajudava a um prazo de "até 48 horas", nada impedindo portanto que a aprovação se desse antes do seu decurso.

Nos dois episódios Ulysses deixou transparecer o espírito da Constituinte — já, repelindo as acusações de que estaria cedendo aos interesses e conveniências do Centrão. E, dirigindo-se ao plenário, concluiu: "Temos de votar com urgência e sem prejuízo da qualidade esta Constituição pela qual todos anseiam no País".

A integra do regimento interno está na página 27



Alencar Monteiro

Por 228 votos contra 148, Centrão mostra à esquerda que continua com força no plenário

Plenário vota o projeto dia 27

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

De acordo com o novo calendário anunciado pelo presidente Ulysses Guimarães, ao final da sessão plenária de ontem, o projeto de Constituição deverá chegar ao plenário somente no dia 27 deste mês, exatos 71 dias desde a última votação realizada pela Comissão de Sistematização, no dia 17 de novembro de 1987. Esse hiato sem votação causou os protestos do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. A discussão do regimento levou 41 dias, entre 25 de novembro e ontem.

Começa amanhã, após a publicação, hoje, do novo regimento interno,

o prazo de sete dias para que todos os 559 constituintes possam apresentar até quatro emendas cada um. O novo regimento permite que sejam apresentadas emendas substitutivas a partes do projeto de Constituição, desde que subscritas por, no mínimo, 280 constituintes. Essas emendas substitutivas de maioria absoluta, que deverão ser apresentadas apenas pelo Centrão — que reúne mais de 280 membros —, terão preferência na hora da votação em relação ao projeto de Constituição aprovado pela Sistematização. E, se aprovadas, prejudicarão, nesses pontos, o projeto original. O calendário definitivo, pelo menos por enquanto, é o seguinte: hoje, publicação do novo regimento; de amanhã ao dia 13, prazo

de sete dias para que os constituintes apresentem emendas; de 14 a 21, sete dias para o relator Bernardo Cabral apresentar parecer favorável ou contrário às emendas; dias 22 e 23, publicação do parecer do relator; de 24 a 26, apresentação de até seis destaques por constituinte, publicação e ordenamento; e, de 27 em diante, o projeto estará pronto para ir a plenário, sem prazo definido para completar a votação em primeiro turno. Depois dessa votação o projeto volta para o relator-geral, que dará a redação final, indo a matéria para a votação em segundo turno. Depois, o projeto volta mais uma vez ao relator, que dará a redação conforme o votado no plenário. Finalmente vai para a promulgação.



Alencar Monteiro

Cinco cadeiras de rodas

O deputado paulista Roberto Cardoso Alves, um dos principais coordenadores do Centrão, contou ontem que seus amigos, tão logo souberam do seu acidente (queda de cavalo), lhe ofereceram nada menos do que cinco cadeiras de rodas. O parlamentar ficou com uma e deverá doar as outras quatro a entidades assistenciais de São Paulo.

Roberto Cardoso Alves, na queda do cavalo "Cacique", numa de suas fazendas — a "Menino Jesus", no Norte do

Expedito nega que esteja desprestigiado

O deputado Expedito Machado, do PMDB do Ceará e um dos articuladores do Centrão, desmentiu ontem, em Brasília, que pretenda deixar o grupo pelo fato de não estar sendo prestigiado pelos seus coordenadores. Ele explicou, no entanto, que seu compromisso com a atuação do Centrão termina com a votação do regimento interno, o que aconteceu ontem à tarde.

Expedito Machado também negou ter a intenção de ingressar no Centrão, levando, com ele, aproximadamente 114 parlamentares que atualmente integram o Centrão, pelo fato de não estar sendo consultado, sobre as decisões e estratégias, pelas lideranças do grupo. Observou, ainda, que seu bloco original, o Centro Democrático, se comprometera com os articuladores do Centrão a apoiar apenas para garantir a mudança do regimento interno da Constituinte. A partir de agora, porém, segundo o deputado, seu grupo apenas se aliará novamente ao Centrão na medida em que suas propostas coincidam com as de seu bloco.

Paraná —, sofreu traumatismo muscular na perna esquerda e ficará alguns dias utilizando a cadeira de rodas.

Na Constituinte, ele tem sido obrigado a contar numerosas vezes, a cada dia, como caiu do "Cacique", seu cavalo anglo-árabe: "Encontrei um filhote de perdiz e tentei segurá-lo com a mão direita, enquanto me apoiava nas rédeas. Bati com a cabeça num poste de iluminação e caí, com violência, no solo".

Sarney de volta. Um dia ocupado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney dividiu sua atenção, ontem, entre a confirmação do nome de Mafson da Nóbrega para o Ministério da Fazenda e a vitória do Centrão na votação do regimento da Constituinte. Tanto assim que, às 18 horas, quando chegou ao Palácio do Planalto, atendendo ao chamado do presidente da República, o primeiro abraço que Mafson da Nóbrega recebeu foi do senador José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão, que ali se encontrava para uma reunião de representantes do grupo com autoridades do governo.

Mafson entrou imediatamente para falar com o presidente. O senador José Lins ficou para depois e o acompanhou ao Palácio da Alvorada, para onde outros companheiros do Centrão também iriam. O primeiro dia do presidente Sarney no Palácio do Planalto, depois que voltou do descanso de fim de ano, começou com a rotina de sempre: às 9 horas, a primeira audiência foi com o ministro Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI.

'Não queremos derrubar o governo', diz deputado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Romper ou não romper com o governo Sarney, eis a questão colocada sob exame no grupo histórico do PMDB. Os que pregam o rompimento já, com a devolução de todos os cargos federais, receiam uma crise institucional, e os que apóiam o rompimento garantem que a decisão não implicaria impasse institucional. "Queremos nos afastar do governo, derrubar o governo", esclareceu Pimenta da Veiga (MG).

Ontem, o tema foi examinado durante mais de duas horas, em reunião-almoo, pelos senadores Mário Covas, José Richa e Fernando Henrique Cardoso e pelos deputados Pimenta da Veiga e Euclides Scalco. Os dois deputados estão com a firme disposição de defender, na reunião de sábado, o rompimento "por inteiro" com o governo Sarney.

Os três senadores têm posições distintas. Mário Covas foi definido como "enigmático". Richa em evolução lenta pelo rompimento e Fernando Henrique em evolução rápida. Há o recelo de que, na reunião de sábado, o grupo histórico decida não decidir, o que seria "o caso no partido", conforme um deles desabafou. Se nada ficar decidido, a previsão é de uma rápida implosão do PMDB, com numerosos parlamentares deixando as fileiras peemedebistas antes mesmo da promulgação da futura Cons-

tituição. A maioria ficaria aguardando a aprovação do novo texto constitucional, para utilizar, de imediato, o dispositivo que permite a pelo menos 30 parlamentares organizar partido provisório, em condições até de indicar candidatos às próximas eleições.

Mais cauteloso, o senador Richa está contestando as posições de Euclides Scalco e Pimenta da Veiga. "Por que e para que romper já? Antes disso é preciso saber o que pretende o PMDB por inteiro. E preciso saber quem acompanhará ou não a linha política do partido que a convenção nacional vier a definir. Quem não aceitar a nova posição terá a liberdade de buscar outras legendas", comentou o ex-governador do Paraná.

Na opinião de José Richa e de Mário Covas, a decisão do "grupo histórico", pelo exame imediato de candidato do partido a presidente da República e pelas eleições presidenciais em 15 de novembro deste ano, representaria, implicitamente, o afastamento do governo Sarney. "Eles querem desquite amigável e outros, a separação formal", observou o senador Severo Gomes.

Pimenta da Veiga chamou a atenção de Richa e de Covas para o fator tempo. "Não temos o ano inteiro para discutir o problema. Temos 30 ou 50 dias, no máximo. Enquanto isso, as candidaturas Brizola, Quér-

cia e Lula estão nas ruas", disse o deputado mineiro.

Parlamentares influentes do grupo histórico disseram que seriam "uma triste opção para o País" as candidaturas Brizola e Quéricia. Achar que o PMDB tem o dever de evitar este dilema ao eleitorado, buscando novas opções, entre as quais a de Waldir Pires e Mário Covas.

Não só na questão de romper já ou depois os "históricos" estão divergindo. Há os que defendem a imediata implantação do Sistema Parlamentarista — 30 dias após a promulgação da nova Constituição — como Fernando Henrique, Severo Gomes e Euclides Scalco, por exemplo — e os que preferem a adoção do parlamentarismo a partir de janeiro de 1989, como José Richa e Pimenta da Veiga.

O senador paranaense e o deputado mineiro entendem que, eleito o presidente, em novembro deste ano, o novo governo se instalaria em janeiro, já com o primeiro-ministro sendo submetido à votação da Câmara dos Deputados. "Implantar agora o parlamentarismo seria assinar seu atestado de óbito", afirmou Pimenta da Veiga.

A maioria do "grupo histórico" está convencida de que a Constituinte aprovará o parlamentarismo e mandado de quatro anos a Sarney.

Aureliano adverte para o perigo de convulsão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que, para criar um clima favorável à realização de eleições neste ano, seriam necessárias duas condições: primeiro, a votação do novo texto constitucional, sem confrontos, na base de um mínimo de entendimento; segundo, que 1988 seja menos difícil do que 1987 do ponto de vista econômico, e com repercussões profundas no campo social. "Se não criarmos estas condições — concluiu Aureliano —, o quadro eleitoral de 1988 poderá ser um quadro perigosamente conturbador".

Aureliano Chaves afirmou não ter dúvidas de que o mandato de cinco anos para o presidente da República, sem reeleição, assim como o presidencialismo, está mais de acordo com a índole do povo brasileiro. Disse que se fosse constituinte votaria pelos cinco anos, e como o PFL não realizou uma convenção para fixar a posição oficial do partido sobre essa questão, cada constituinte liberal votará de acordo com a sua consciência, sem levar em conta compromissos partidários.

Para o ministro, depois que foi definido, no texto constitucional, que o mandato do presidente da República é de cinco anos, não há razões que justifiquem a discriminação feita com o presidente Sarney, fixando seu mandato em quatro anos, num artigo das disposições transitórias.

Quando à sua candidatura às eleições presidenciais, Aureliano Chaves disse que, no momento, ela não existe, pois não foi homologada

pelo partido. "Não sou candidato", afirmou o ministro, "mas não digo que não serei candidato".

Ele reafirmou que caso o parlamentarismo seja mantido nesta nova Carta, não será candidato, e que, caso o sistema de governo seja mudado, esta posição deveria ser precedida de uma prévia aprovação do povo, através de plebiscito.

O ministro respondeu ainda às afirmativas de líderes políticos da Constituinte sobre a possibilidade de um golpe militar, dizendo que não há clima hoje, no Brasil, para tentativas deste tipo, e em vez de estimular, o clima atual do País desestimularia quaisquer golpes, mesmo porque este é o único caminho que cabe ao Brasil, fazer com que sua democracia seja uma realidade duradoura.



Aureliano Chaves

Richa teme a pregação demagógica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador José Richa (PMDB-PR) reafirmou ontem no Senado, em aparte a discurso do líder do PDS, Jarbas Passarinho, sua convicção de que o País se tornará ingovernável a curto prazo, diante da possibilidade de haver uma combinação de hiperinflação com estagnação da economia. Ainda falando sobre o tema — objeto do editorial de O Estado de S. Paulo na edição de 31 de dezembro —, Richa advertiu que aquela combinação de infelícios pode deixar o País "disponível para a pregação demagógica e populista, o que só aditaria a solução dos problemas políticos e institucionais". Como alternativa, o ex-governador do Paraná previu que na ausência da credibilidade dos políticos a governabilidade poderá vir a ser restaurada através da força.

José Richa disse que não está prevenido um golpe de Estado para dentro de 90 dias, mas destacou a imperiosa necessidade de "tomarmos algumas providências políticas no sentido de evitar o que me parece natural que aconteça". O senador insistiu em que, "na hora em que a inflação atinge os níveis atuais e não temos um plano econômico, alguma providência tem de ser tomada". Segundo ele, uma das coisas que os constituintes podem fazer é "apressar a nova Constituição, pois a falta de definições está contribuindo para agravar a situação da economia; isto é responsabilidade nossa, nada tem a ver com o governo", disse Richa, que recebeu a concordância de Jarbas Passarinho.

Divergências atrasam as emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão resolveu deixar para hoje a divulgação de suas emendas substitutivas e começar a colher as 280 assinaturas necessárias, para ganhar tempo e fazer os ajustes necessários principalmente nas áreas social e econômica, a respeito das quais há grandes divergências dentro do grupo. Por mais que o Centrão tenha tentado cortar o poder do Estado na economia, as emendas ainda tinham uma tendência estatizante, segundo análise do deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), um dos articuladores do grupo.

Alguns membros do Centrão culpam a imprensa com que tudo vem sendo feito na Constituinte como um dos fatores para complicar o trabalho de elaboração das emendas substitutivas. Com o apoio da maioria absoluta, elas terão prioridade de votação no plenário sobre as outras emendas e sobre o projeto. Outro ponto prejudicial é o número de sugestões, de todas as tendências, que chegam ao Centrão sempre com peso político a ser considerado.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, ontem reconduziu ao cargo com o apoio unânime da sua bancada, chamou a atenção para um exemplo que reflete a natureza do trabalho do Centrão: a bancada nordestina representada no Grupo fez exigências de incentivos fiscais especiais e prioritários para o Nordeste como condição para votar o resto das emendas. Os relatores especiais (Bonifácio de Andrada, José Lins e Paes Landim) acabaram a proposta.

Mas os nordestinos, querendo também a proteção das empresas genuinamente nacionais, exigiram que os incentivos somente fossem dados a esse tipo de empresa. A matéria passaria, para prejuízo do Nordeste, se alguém — da região Sul — não tivesse levantado a "lebre" de que, aprovados esses dispositivos, todas as empresas de capital estrangeiro (majoritário ou não) sairiam do Nordeste e prefeririam se fixar no Sul, prejudicando mais ainda a região. A emenda, nessa parte, teve que ser refeita, sob constrangimento dos nordestinos.

Foram problemas dessa natureza que levaram o Centrão a adiar para hoje de manhã (por mais 12 horas, no máximo, segundo disseram ontem os seus líderes) a divulgação das emendas, para dar tempo a uma revisão geral. Essa análise servirá também para procurar retirar toda a xenofobia que ainda persiste em alguns pontos do projeto — na cancelação de empresa nacional, por exemplo —, e abrir espaços para o capital estrangeiro "sem preconceitos", como disse Gastone Righi. "É bom lembrar, a propósito, que a Petrobrás é a oitava irmã (referência às sete irmãs que são as grandes companhias de petróleo), sem falar no trabalho da Camargo Correla no Exterior etc."

OS PONTOS POLÊMICOS

Estão praticamente "fechadas" dentro do Centrão as nove emendas substitutivas com as quais o grupo pretende alterar substancialmente (entre 350 e 400 pontos) o projeto de Constituição votado pela Comissão de Sistematização. Num quadro comparativo formulado pelo deputado Ronaldo Cezar Coelho (PFL-RJ), do chamado "Centrinho" ou "Grupo do Entendimento", algumas propostas foram confrontadas com a posição do Centrão e do "Grupo dos 32". Na maioria dos casos, porém, o "Centrinho" coloca a questão "para apreciação imediata".

QUESTÕES

Das 23 questões levantadas, as principais são as seguintes: Estabilidade: o Centrão quer o contrato de trabalho protegido com indenização compensatória, além do fundo de garantia, quando a dispensa for sem justa causa; o Grupo dos 32 protege o emprego contra demissão arbitrária, enquanto o "Centrinho" deixa a questão em aberto. Jornada de trabalho: o Centrão quer duração de trabalho não superior a oito horas diárias e os "32" ficam com a Sistematização, duração não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais. Horas extras: Centrão, remuneração superior à hora normal a ser fixada em lei; "32", quer 50% e o "Centrinho" deixa em aberto. Licença para gestante: os "32" mantêm o texto da Sistematização de 120 dias de licença, enquanto o Centrão prevê a licença "sem prejuízo do emprego e do salário". Imprescritibilidade: somente a Sistematização sugeriu, enquanto o Centrão suprime o texto e os "32" limitam em cinco anos o prazo máximo para o empregado processar a ex-empresa. Empresa nacional: o Centrão considera que será aquela "constituída sob as leis do Brasil e que aqui mantém sua sede e administração", enquanto os "32" mantêm o texto da Sistematização, que diferencia a empresa nacional e a empresa nacional de capital estrangeiro. Distribuição de petróleo: os dois grupos sugerem a supressão do artigo da Sistematização que nacionalizou essa distribuição "por excesso de nacionalismo". Desapropriação: há pequena diferença entre o texto da Sistematização e os textos dos dois grupos: a Sistematização estabelece que "a propriedade privada é protegida pelo Estado. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização"; a emenda do Centrão acrescenta apenas "em dinheiro", enquanto o grupo dos "32" fica com o texto original votado pela Sistematização.